

Militarização, violência e racismo: faces do mesmo

Ensaio de wanderson flor do nascimento

Entrevista com

LUIZ EDUARDO SOARES



POLITIZANDO **Editorial**

É típica da história do capitalismo a existência subterrânea de atividades ilegais que fazem parte da lógica da acumulação e reprodução ampliada do domínio do capital sobre o trabalho. Ou melhor, é típico deste domínio específico, o cultivo camuflado de práticas criminosas na sua constante guerra contra o empoderamento do/a trabalhador/a. Dentre essas práticas, ressaltam: espoliação, expropriação, rapina, usura, fraude, corrupção, assassinato, além de colonização, manipulação, alienação, aniquilamento de capacidades e rebaixamento das necessidades humanas a níveis bestiais. Todas essas práticas não são excrescências externas da normalidade capitalista vendida como democrática. São partes integrais e endógenas da ordem do capital, que precisam ser desnudadas e problematizadas. É com este propósito que esta edição do POLITIZANDO aborda o tema, organicamente imbricado, da militarização, violência e racismo, tratado criticamente e com conhecimento de causa, por dois especialistas brasileiros, os quais oferecem relevantes achados de seus profícuos estudos e engajamentos intelectuais e políticos. Com seus instigantes aportes, fica-se cada vez mais ciente de que a violência no Brasil é estrutural e sistêmica, além de longa e seletiva. Antecede o capitalismo, como lembra wanderson nascimento, mas se sofisticada e se dissimula neste modo de produção. Sua institucionalização seu deu à margem dos avanços constitucionais contemporâneos, assinala Luiz Eduardo Soares, evitando a verdade, premiando os crimes da ditadura civil-militar e abrindo caminho para as atuais exaltações de corte fascista. Não por acaso, vive-se em uma trágica era da cultura do punitivismo autoritário que privilegia como primeiro recurso o que deveria ser o último: o encarceramento massivo, um dos maiores do mundo, que criminaliza a pobreza e fortalece facções criminosas em desdorados conluíus com o Estado e o mercado capitalistas. Boa leitura!



TOME NOTA

19 a 21 / Out. 2020

1º Simpósio UFF de Política Social: Direitos Sociais Frente aos Desafios da Conjuntura em Tempos de COVID-19

Local: Formato virtual

Informações:

<http://www.uff.br/?q=events/1o-simposio-uff-de-politica-social-tema-direitos-sociais-frente-aos-desafios-da-conjuntura-em#>

16 a 19 / Nov. 2020

8º Encontro Internacional de Política Social e 15º Encontro Nacional de Política Social (UFES - Vitória-ES)

Local: Formato virtual

Informações:

<https://enps.com.br/>

09 a 11 / Dez. 2020

7º Congresso Brasileiro de Saúde Mental (ABRASME)

Local: Formato virtual

Informações:

www.congressoabrasme.org

EXPEDIENTE

Editores-chefe: Camila Potyara Pereira **Comissão Editorial:** Maria Auxiliadora César, Potyara A. P. Pereira, Marcos César A. Siqueira, Carlos Lima, Jamila Zgiet, Norberto J. Pinto Filho **Revisão:** Marcos César Alves Siqueira **Criação e Diagramação:** Camila Potyara Pereira **Imagem da capa:** Canva. **POLITIZANDO** (ISSN 1984-6223) é uma publicação quadrimestral do NEPPS/CEAM/UnB. Todos os direitos reservados. Distribuição gratuita.



Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPS/CEAM/UnB)

Universidade de Brasília - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Pavilhão Multiuso I, Gleba A, Bloco A, Asa Norte. CEP: 70910-900. Brasília/ DF. Tel: +55 (61) 3107-5876.

Website: www.neppos.org **E-mail:** neppos.ceam.unb@gmail.com

Facebook: <https://www.facebook.com/NEPPS.CEAM.UNB>



GRADUAÇÃO

Autora:

Larissa Carvalho Aguiar

Orientadora:

Profª. Ma. Isabela Ramos Ribeiro

Data de Defesa:

Dezembro / 2019

Instituição:

Departamento de Serviço Social (SER) / Instituto de Ciências Humanas (IcH) / Universidade de Brasília (UnB)

CONFORMAÇÃO DA BURGUESIA E O AVANÇO NEOLIBERAL NO BRASIL A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

O objetivo principal deste TCC foi compreender a relação entre conservadorismo e autocracia, como projeto da burguesia dependente brasileira. A investigação pautou-se na conformação da burguesia brasileira que, por intermédio de um pacto conservador com as oligarquias rurais, se especifica com um caráter autocrático e contrário às conquistas básicas consolidadas em países do capitalismo central. O que se observou é que essa burguesia rompe com os parâmetros civilizatórios e, por consequência, democráticos, logo, necessário para a radicalização do seu projeto de dominação e superexploração dos trabalhadores. Percebe-se que o golpe de 2016 e a eleição de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, representam continuidade com a autocracia burguesa, ao mesmo tempo em que seus interesses econômicos exigem a radicalização do projeto neoliberal por parte da burguesia dependente.

MESTRADO

Autor:

Weslei Garcia de Paulo

Orientador:

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Data de Defesa:

Julho / 2019

Instituição:

Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) / Faculdade de Educação (FE) / Universidade de Brasília (UnB)

MILITARIZAÇÃO DO ENSINO NO ESTADO DE GOIÁS : IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO ESCOLAR

O processo de militarização do ensino público de escolas de Goiás se iniciou em 1999 e vem sendo ampliado desde meados de 2015, afastando a gestão escolar de uma gestão democrática e implementando um modelo da cultura do medo pela imposição de normas e valorização da meritocracia e da hierarquia. Os estudantes das escolas estaduais militarizadas passam a usar fardas, ingressam na instituição escolar por meio de sorteio, aprendem exercícios físicos militares e possuem disciplinas e formação baseada no regime militar semelhante aos quartéis. Em Valparaíso de Goiás-GO uma escola recebeu o modelo implementado pela SEDUCE em parceria com a Polícia Militar. Para compreender esse processo, foi realizada análise documental, análise de conteúdo, aplicação de questionário junto aos docentes de um colégio militarizado em Valparaíso de Goiás-GO e observação de campo.

DOUTORADO

Autor:

Leonardo Rodrigues de O. Ortegal

Orientadora:

Profª. Dra. Ivanete S. Boschetti

Data de Defesa:

Novembro / 2019

Instituição:

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) / Instituto de Ciência Humanas (ICH) / Universidade de Brasília (UnB)

ATOS DE REEXISTÊNCIA: JUVENTUDE NEGRA, REINVENÇÕES E RESISTÊNCIA ANTI-EXTERMÍNIO

Com o objetivo de identificar e discutir as estratégias adotadas por sujeitos jovens negros diante do processo de extermínio que enfrentam, foram analisadas produções culturais, como o rap, a literatura marginal e negra, e produções audiovisuais realizadas por estes sujeitos. A análise destas produções permitiu observar que a juventude e a negritude brasileiras e da Diáspora não se encontram passivas diante deste processo. A análise do comportamento do Estado brasileiro diante do extermínio, expresso nos dados públicos sobre o assunto, revela o caráter racializado destas mortes, e revela aquilo que foi denominado neste trabalho de dialética da (in)diferença. Este movimento dialético produz, a um só tempo, a diferença que permite a classificação social do jovem negro como um inimigo interno a ser combatido; e a indiferença a estas mortes e demandas de proteção e outros direitos negligenciados a tais sujeitos e suas famílias.



Militarização, violência e racismo: faces do mesmo

Por wanderson flor do nascimento*

A violência no Brasil reproduz ciclos contraditórios que atravessam toda a história do país, fundada e mantida por uma lógica racista que estrutura as mais variadas formas de opressão que permeiam nosso tecido social, incluindo o Estado e seus braços armados/militarizados.

A compreensão da matriz racista que organiza a produção e reprodução das relações sociais brasileiras é indispensável para que possamos analisar os modos como a violência é institucionalizada e desejada em nossas terras. Sim, desejada. O ditado popular “bandido bom é bandido morto” ilustra esse desejo de morte, esse desejo de violência que forma a contradição estruturante da presença do racismo nas mais diversas camadas de funcionamento de nossa sociedade.

A imagem do bandido que povoa o imaginário comum é do jovem, negro, masculino. A mesma imagem que fora erigida em torno do próprio escravizado nos trabalhos braçais do período escravocrata. Uma vida precarizada e contraditoriamente descartável. Necessária para a manutenção do trabalho escravizado, mas descartável a qualquer momento, quando a produtividade, a ordem colonial, e o desejo de morte estão em questão.

O bandido é o protótipo do negro, assim como o negro é o estereótipo do bandido nesse imaginário racista. E, nesse caso, não há problema em matá-lo. Não são mortes que causam indignação estruturante, que causam comoção interventora, que causam modificações no modo em que se lida com a violência. Ela é exatamente o que se deseja: que controle esse corpo visto como marginal, bandido.

Aprisionado entre a imagem do pobre e a do bandido, o negro resta sob o controle mortal do Estado. Ao remontarmos as origens das polícias militares à chegada da Família Real ao Brasil, observamos que esse controle se vinculava com cuidados sobre a propriedade em relação aos *vadios* ou *vagabundos*, figuras do bandido que também fora – e é – associada aos negros. Estes mesmos negros a quem era destinada a violência já institucionalizada em nosso país no processo escravocrata, sem consequências jurídicas significativas. Os processos de militarização das forças estatais no Brasil surgem, portanto, em um ideário racista.

Não podemos esquecer que a raça e o racismo infor-

maram a maneira como as classes sociais foram construídas em nosso país. Se, na maior parte do mundo, a população trabalhadora mais pobre foi alvo preferencial da violência, no Brasil, esse fenômeno reproduziu o modo como o exército de reserva foi convertido em exército de excedentes e, com isso, exposto à morte. A população trabalhadora mais pobre, que em nosso país é majoritariamente negra, tem sido alvo da atuação necropolítica do Estado, que potencializou a imagem do bandido como inimigo a ser combatido e, muitas vezes, exterminado. Em um país com nosso histórico e imaginário racista, o negro é, em geral, um bandido em potencial, um exterminado em potencial, alvo sempre preferencial da violência.

Diversas pesquisas têm mostrado como a violência e o racismo têm se aliado na atuação do Estado contra a população negra (FLAUZINA, 2006; PIRES, 2013; SÃO BERNARDO, 2016), além dos dados recorrentemente divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2016; FBSP, 2017; FBSP, 2018; FBSP, 2019a; FBSP, 2020). E, raramente, uma pesquisa que entrecruze militarização e violência pode ignorar a importância do racismo nos efeitos nefastos do funcionamento de uma segurança pública militarizada (SOARES, 2019; FREITAS, 2020).

Uma objeção usualmente feita sobre as análises que vinculam racismo, violência policial e militarização aponta para o fato de que a maioria dos policiais militares é negra, quantitativo revelado por pesquisas institucionais do próprio Estado (SOARES; ROLIM; RAMOS, 2009, p. 100-101). Entretanto, esta objeção ignora uma faceta do funcionamento do Racismo no Brasil. Historicamente, não é exclusivamente a cor do agente racista que determina o ato racista, mas as características físicas, socialmente significadas, presentes nos sujeitos que *sofrem* tal ação.

Quando observamos polícias militares como as dos estados do Rio de Janeiro (CANO, 2012) e da Bahia (NETO, 2012), majoritariamente negras, e com altos índices de violência contra a população negra, não se pode inferir, desse fenômeno, que o racismo não exista ou que os próprios negros sejam – e apenas eles – racistas. O que este fenômeno nos mostra é que estes militares executam os mandatos violentos da própria estrutura policial militarizada, com a impressão de que “cumprem seu dever”, ao mesmo tempo em que operam na faceta de denegação do racismo (GONZALEZ, 1988, p. 72), e podem ser utiliza-

dos como parte do argumento de que o racismo não é existente ou importante, tendo em vista que os próprios policiais negros agem contra a população negra, o que poderia dar a entender que não opera aí nenhum tipo de racismo.

Entretanto, como nos lembra Frantz Fanon (2008), um dos mecanismos de funcionamento do racismo colonial consiste exatamente em fazer com que parte das pessoas racializadas como negras reproduzam as matrizes opressoras do racismo contra as próprias pessoas negras. E é neste cenário que os policiais militares negros são também os que mais morrem em serviço (FBSP, 2019b). Ainda segundo este estudo, os policiais militares negros só são maioria entre os praças, a patente mais baixa da polícia militar e que são a maioria nas ações ostensivas, e com as menores remunerações. Assim, essa violência racista presente em todo o tecido social brasileiro mata mais negros, independentemente de onde eles estejam, que funções ocupem e mesmo que atuem na principal máquina de extermínio da população negra, que é a instituição militarizada na segurança pública.

O mecanismo social que articula militarização, violência e racismo é uma das mais evidentes demonstrações do caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira. Não respeitando vida negra alguma. E torna ainda mais aparente os riscos para a população negra da política armamentista capitaneada pelo atual governo. Mais armas circulando implica mais armas apontadas contra a população negra, que já é a que mais morre por ação de armas de fogo. E sabendo que os policiais militares negros são os que mais morrem em serviço, há um curioso paradoxo no argumento que sustenta que sociedades armadas são mais seguras. No caso brasileiro, isso não só não se verifica, como abre a brecha de que, inclusive, mais policiais – sobretudo, policiais negros – estejam na mira dessas armas que, circulando mais, aumentam o campo de possibilidades de que o crime também aumente o quantitativo de seu armamento. Essa lógica armamentista reproduz uma lógica de militarização na própria tessitura civil da sociedade, colocando toda essa mesma sociedade em um risco permanente.

A militarização da segurança é, paradoxalmente, fator de risco para a segurança mesma. Não se conhecem estudos que confirmem que sociedades mais armadas ou mais militarizadas sejam mais seguras. Mas sabemos, sem dúvidas, que a mescla entre militarização, violência e racismo tem consequências nefastamente trágicas. Afinal, em uma sociedade organizada pelo racismo, como a brasileira, o racismo tem como consequência constitutiva dele mesmo a violência. E a violência é a matriz de organização de nossa militarização. Não é possível, portanto, separar

esses três fenômenos, porque tanto a militarização quanto a violência estatal, em nosso país, são informadas pelo racismo, são faces deste.

Referências:

- CANO, Ignacio. **Perfil, trajetória e treinamento dos Policiais Militares do Rio de Janeiro**. Relatório Final. (Edital Prioridade Rio). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.
- FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Atlas da Violência 2016**. Brasília: FBSP/IPEA, 2016.
- FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Atlas da Violência 2017**. Brasília: FBSP/IPEA, 2017.
- FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Atlas da Violência 2018**. Brasília: FBSP/IPEA, 2018.
- FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Atlas da Violência 2019**. Brasília: FBSP/IPEA, 2019a.
- FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Brasília: FBSP/IPEA, 2019b.
- FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública). **Atlas da Violência 2020**. Brasília: FBSP/IPEA, 2020.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- FREITAS, Felipe da Silva. **Racismo e Polícia: uma discussão sobre mandato policial**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro**, n. 92/93, 1988, p. 69-82.
- NETO, Jaime P. Ramalho. Farda & "Cor": um estudo racial nas patentes da polícia militar da Bahia. **Afro-Asia**, n. 45, 2012, p. 67-94.
- PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminalização do racismo**. Entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos. Tese (Doutorado em Direito) - Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SÃO BERNARDO, Sérgio. **Xangô e Thémis**. Estudos sobre Filosofia, direito e racismo. Salvador: J. Andrade, 2016.
- SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: Segurança Pública E Direitos Humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- SOARES, Luiz Eduardo; ROLIM, Marcos; RAMOS, Silvia. **O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil**. Brasília: SENASP, 2009.
-
- * Professor de Filosofia, Bioética e Direitos Humanos da Universidade de Brasília. Pesquisador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/CEAM/UnB).



Opinião: Luiz Eduardo Soares

Foto de Bruno Veiga / Divulgação - GZH-Porto Alegre



Luiz Eduardo Soares é doutor em ciência política (IUPERJ), com pós-doutorado em filosofia política. É professor aposentado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Autor de mais de 30 livros, 80 artigos, peças de teatro e roteiro de cinema.

POLITIZANDO: Você é considerado pioneiro no trato da segurança pública brasileira pela perspectiva progressista. O que o levou a apostar neste caminho que contraria draconianas concepções e práticas conservadoras dominantes? Que elementos intelectuais e políticos, dentre outros, lhe serviram de referência? Que riscos enfrentou?

Luiz Eduardo Soares: Nunca somos os primeiros, os pioneiros. Há sempre uma história, a luta de alguém, a resistência, o vislumbre de alternativas, a criação anterior que também é tributária de outras lutas e ideias, de tantos exemplos incompletos e parciais. Testemunhei os esforços do coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira, coronel negro comandante da PMRJ, militante antirracista e pelos direitos humanos, que trabalhou com Brizola e Nilo Batista. Na sequência, a despeito da companhia política venenosa, Hélio Luz ajudou a iluminar muita coisa e travou sua batalha inspiradora. Esses se destacaram, mas houve outros, e não só no Rio. Bisol foi secretário de Olívio Dutra no Rio Grande do Sul e marcou época com sua intransigente defesa das classes populares, a despeito das pressões midiáticas. Eu venho da resistência clandestina à ditadura, quando militava no PCB. Minha geração de ativistas denunciava a tortura e continuou denunciando os abusos policiais durante a transição para a democracia e depois da promulgação da Constituição de 1988. Sempre afirmei que a transição não havia se estendido à área da segurança

pública: herdamos o modelo policial e sua cultura belicista, com inarredável viés racista, de classe e território. O próprio processo de transição saltou diretamente para a reconciliação, evitando o momento da verdade e deixando impunes os crimes da ditadura, o que foi trágico para nossa cultura política, especialmente para o campo policial. Os resultados estão aí, na exaltação fascista da tortura e da ditadura. Todo o universo da Justiça criminal pós-88, incluindo o sistema penitenciário, a despeito de alterações significativas, permaneceu com as raízes plantadas no punitivismo autoritário. E hoje temos o encarceramento em massa que criminaliza a pobreza e fortalece as facções criminosas. Ocorre que o processo político, nos anos 1980, abriu espaço para que as esquerdas chegassem aos governos estaduais. Era necessário ir além das denúncias: elas eram imprescindíveis, mas insuficientes. A questão era a de sempre: o que fazer? Quais as alternativas em termos de organização, táticas, estratégias, protocolos para abordagens e investigações, políticas públicas, culturas corporativas? Que práticas defendemos, nós da esquerda? Que polícias desejamos ou, pelo menos, podemos admitir, cujas práticas sejam compatíveis com os direitos humanos? Alguém dirá: não desejamos polícia nenhuma. Compreendo essa resposta, mas ela é insustentável. Em minha utopia, não haverá Estado, propriedade privada de meios de produção, justiça criminal, prisões, exploração econômica, preconceitos, dominação falocêntrica ou racista e homofóbica. Mas a utopia, como o nome diz, é, ou está, inalcançável, dado o ponto em que nos situamos, historicamente. Mesmo que caminhemos na direção de um mundo possível ideal e mesmo que a crise climática nos permita prosseguir sonhando esse sonho e o construindo, em meio às dificuldades e contradições, mesmo assim temos de reconhecer que nada disso está posto em nosso horizonte. Em outras palavras: até onde a vista alcança, haverá Estado e, portanto, leis e polícias. Haveremos de conviver com essas instituições por muito tempo. Então, é preciso responder com objetividade: com que tipo de polícia estamos dispostos a conviver, ao longo da trajetória histórica? Se não dissermos nada, a direita dirá. Aliás, já disse: quer essas que temos e que têm se mostrado desastrosas para os pobres, para os negros, para os direitos humanos e para os próprios trabalhadores polici-

ais, fortemente explorados. A imensa maioria dos governos ditos de esquerda aplica políticas de segurança tão brutais quanto seus adversários, à direita. Nenhum partido até hoje propôs uma arquitetura institucional diferente para a segurança pública. Nossa luta gira em círculos. Parece que voltamos sempre à estaca zero. Aliás, com Moro e Bolsonaro estamos abaixo de zero.

Os riscos que enfrentei são aqueles aos quais estamos sujeitos todos os que militamos por transformações profundas em nosso país, no campo e na cidade. Talvez tudo seja agravado quando se atua na segurança, porque aí atuam também os profissionais da morte e da chantagem, os milicianos e seus pares. Tive de sair do país, fiquei fora do Rio bastante tempo, andei muito tempo com proteção, minhas filhas pagaram um preço alto, mas estou bem. Contudo, não podemos nos iludir: Marielle e Anderson foram assassinados, Freixo permanece sob ameaça e o Brasil é um dos mais perigosos países do mundo para defensores de direitos humanos.

POLITIZANDO: Como se caracteriza o atual Sistema de Segurança Pública e Justiça no Brasil? E por que o debate sobre esse tema é essencial para a defesa do Estado de Direito e da democracia nacional?

Luiz Eduardo Soares: Temos a terceira população carcerária do mundo, quase 800 mil presos, e a que cresce mais rapidamente em todo o mundo, desde 2001. Nosso país praticamente só prende em flagrante, porque a polícia civil investiga muito pouco e a PM é proibida de investigar. Apesar de termos mais de 57 mil homicídios por ano, cujas vítimas, em sua grande maioria, são negras, a taxa de investigação é mínima e, no sistema penitenciário, apenas 13% cumprem pena por homicídio. A negligência oficial decorre do fato de que estão morrendo, sobretudo, "os descartáveis". Por outro lado, adotamos como punição quase exclusiva o encarceramento, que deveria ser medida extrema, para casos graves, que envolvam violência. Outra questão chave: a lei de drogas é irracional e hipócrita. Estamos encarcerando em massa os varejistas do comércio de substâncias ilícitas, destruindo a vida de milhares de jovens que não agiram com violência e alimentando as facções criminosas que dominam o sistema penitenciário. Ou seja, estamos contratando violência futura. Note-se: o Estado brasileiro é criminoso: não cumpre a Lei de execuções penais. Nunca toma-

mos como foco dos investimentos de segurança os pontos mais importantes: o controle das armas, o investimento na perícia técnica e na valorização profissional dos policiais, e a redução dos homicídios. E não preciso dizer que, no país do racismo estrutural e das desigualdades, a insegurança será a norma, não a exceção.

POLITIZANDO: Qual a relação do modelo policial militarizado brasileiro com o racismo estrutural e as desigualdades de novo tipo (desigualdades no interior de desigualdades) que assolam o mundo e, particularmente, o Brasil?

Luiz Eduardo Soares: As polícias que estão nas ruas, 24 horas, em todo o país, são as polícias militares. Elas são proibidas de investigar, mas pressionadas a produzir e entendem, por produção, prisão. Ora, tendo de prender, mas não podendo investigar, só lhes resta prender em flagrante. É o que fazem. Quais são os crimes passíveis de prisão em flagrante? Alguns. Não os mais importantes - os quais, não por acaso, exigem investigação. Portanto, a aplicação da lei no Brasil é submetida não apenas ao crivo seletivo de classe, cor e território, como à refração imposta pelo flagrante. Qual o grande instrumento das PMs? A hipócrita, cruel e irracional lei de drogas. Essa é a rede que as PMs lançam para pescar. O que pescam? Os pequenos varejistas que comercializam substâncias ilícitas. Por isso, a grande maioria é presa em flagrante, sem praticar violência, sem armas e sem ligação orgânica com o crime organizado. Mesmo assim, são condenados a cinco anos em regime fechado. Uma vez presos, para sobreviver, vinculam-se a facções criminosas que dominam o sistema penitenciário - sim, são elas que dominam o sistema, porque o Estado, criminosa, ostensiva e despuadoradamente, descumpra a Lei de Execuções Penais, em todo o país. Quando voltam à liberdade, devem lealdade às facções. Em outras palavras: estamos contratando violência futura ao preço da destruição da vida de jovens. Eis aí o resultado da combinação entre nosso modelo policial com a lei de drogas. Nosso país está criminalizando a pobreza e as instituições da segurança e da justiça criminal estão operando como instrumentos de aprofundamento das desigualdades e do racismo estrutural.

POLITIZANDO: Em que consiste a sua defesa de reforma do atual modelo policial brasileiro e da desmilitarização da polícia militar? É possível combater o complexo criminoso e violento constituído por polícias, drogas, milícias, economia da corrupção envolvendo autoridades da República, com estratégias políti-

cas não violentas?

Luiz Eduardo Soares: A desmilitarização e o conjunto de reformas policiais que proponho em meu livro, *Desmilitarizar* (editora Boitempo, 2019), não são uma panaceia. Desmilitarizar significa cortar o cordão umbilical que, na Constituição, une as PMs ao Exército e as torna espelhos da organização centralizada militar. Essa mudança seria apenas um passo em direção à alteração da cultura corporativa e de suas práticas, as quais são mimetizadas pelas polícias civis. As transformações na esfera organizacional e cultural teriam de ser complementadas por alterações na política criminal, como a legalização das drogas e o fim do encarceramento em massa. Mudanças nas políticas de segurança também seriam indispensáveis. E nesse ponto chegamos à menina Agatha Felix, mais uma criança vítima carioca da irresponsabilidade criminosa das autoridades que estimulam incursões bélicas a áreas densamente povoadas e determinam que policiais atirem em suspeitos, como se estivessem num safari bárbaro em Bacurau. Não se pode atirar em um motociclista porque se suspeita que ele esteja envolvido com o comércio de substâncias ilegais. Esse ato constitui um crime: tentativa de assassinato. Em segundo lugar, atirar em meio a uma comunidade implica por em risco toda uma população inocente, o que é inconcebível. Isso nunca ocorreria em um bairro nobre da cidade. Só acontece em áreas nas quais a vida é desvalorizada, nas quais o Estado de direito não tem vigência, onde vivem os descartáveis. Governantes costumam afirmar que não se fazem omeletes sem que se quebrem ovos. Eu costumo responder: desde que os ovos não sejam seus filhos. No estado do Rio, em 2019, só até agosto, houve 1.249 mortes provocadas por ações policiais, um recorde histórico. A brutalidade policial letal sempre existiu, mas está se intensificando desde que a disposição genocida governamental saiu do armário e se explicitou, despuadoradamente. Como discutir democracia sem tratar da violência do Estado com as classes populares, em particular com a juventude negra? Portanto, além das reformas institucionais na esfera da segurança, precisamos rever a política de drogas, focalizar a questão das armas e a problemática das milícias - que é, no fundo, apenas o problema das polícias que se degradam na anarquia e na licença para matar-, respeitar com absoluto rigor a legalidade e os direitos humanos, nos presídios e fora deles, competir com os focos criminosos de recrutamento de jovens, oferecendo a estes, com sinal positivo, os benefícios materiais e subjetivos que procuram no tráfico, reduzindo a evasão escolar, as desigualdades abissais e enfrentando o racismo estrutural.

POLITIZANDO: O que os assassinatos da juíza Patrícia Acioli, em 2011, e da vereadora Marielle Franco, em 2018, ambos no Rio de Janeiro, desnudam e comprovam em matéria de parceria espúria da polícia e da política brasileiras, bem como da relação orgânica entre a economia das drogas, a economia informal e a economia formal ou “legal”?

Luiz Eduardo Soares: Resumo o que digo em meu livro, *Desmilitarizar: No Rio*, mas não só lá, polícia e política se fundiram (o que não quer dizer que todos os policiais compactuem com esquemas criminosos), assim como se interligaram, organicamente, a economia das drogas, a economia informal e a economia formal - também chamada “legal”. Por isso, quando combatemos as execuções extrajudiciais nas favelas, combatemos a matriz da putrefação da política e, por consequência, da democracia. Explico: só prospera a violência policial sistemática quando camadas superiores lhes oferecem cobertura, isto é, quando o comando das polícias, as autoridades políticas, a Justiça e o Ministério Público (MP) fazem vista grossa para a violação de direitos na base da pirâmide social. E quando esse fenômeno ocorre, continuamente, essa aliança de agentes institucionais estimula a criação de incubadoras de redes criminais, em cujas teias se associam atores de todos os níveis da escala. Afinal, se o policial na ponta tem licença para matar, pode escolher não matar e vender a sobrevivência, sendo que a vida é a moeda que mais se inflaciona e, portanto, mais estimula a corrupção. A economia política da corrupção e da violência corresponde a uma dinâmica que não para na porta das delegacias, dos quartéis e dos batalhões. Os X-9 enlaçam para baixo, ligando grupos policiais a criminosos comuns e os fundindo na prática. Os deputados permeáveis às seduções do submundo enlaçam para cima, condecorando assassinos de aluguel fardados ou engravatados, legitimando seus esquemas e suas ações. O MP e a Justiça abençoam esses entrelaçamentos perversos quando, no varejo do cotidiano, toleram a brutalidade policial letal como “mal necessário” para “limpar a sociedade de maus elementos”. O assassinato da juíza Patrícia Acioli desnudava a guerra em curso contra o segmento da Justiça que se recusava a sucumbir na geleia geral de complicitades. O assassinato de Marielle Franco desmascarou a natureza eminentemente política desse confronto, que há muito ultrapassou o domínio das polícias e da Justiça, se é que algum dia foi assim restrito.

DES MILITARIZAR

LUIZ
EDUARDO
SOARES

Nesta obra, o autor reúne elementos críticos a respeito da temática Segurança Pública propondo iniciativas objetivas e imediatas para alguns dos problemas sociais vivenciados na atualidade. Seu estudo aborda questões como Polícia, Drogas, Raízes da Violência, Direitos Humanos, Cultura e Poder perpassando indagações a respeito da corrupção, tráfico de drogas, preconceito, racismo estrutural e a falta de ações políticas efetivas no âmbito da Segurança Pública por parte do Estado, que atua mais como promotor de violência aos “inimigos da ordem”, “criminosos”, “traficantes”. A partir de sua experiência, o autor busca desvendar as armadilhas por trás das “guerras contra o crime” que promovem ações de aniquilação dos indivíduos em razão de sua classe e cor. O autor analisa ainda, acontecimentos recentes, como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, debatendo conceitos que coadunam segurança pública com a possibilidade de pensar os Direitos Humanos no Brasil a partir da construção de políticas de segurança pública comprometidas com a redução da desigualdade, construção da democracia e promoção da cidadania.

Referência: SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**. 1ª Edição. Ed. Boitempo, São Paulo, 2019.

Por Daniela Gomes de Farias
Mestranda em Política Social pela UnB



Ana Luiza Flauzina é uma mulher negra, doutora em Direito e professora da Universidade Federal da Bahia. Em sua dissertação de mestrado, inaugurou no campo do Direito, mais especificamente na criminologia, o debate sobre o racismo como “variável substantiva” do sistema penal e punitivo brasileiro. Este livro completa 12 anos de sua publicação e continua sendo

leitura obrigatória para compreender como opera o racismo no Brasil. A autora, nos convida a conhecer os paradigmas racistas da criminologia que apontam para o genocídio do povo negro no Brasil e que tem no racismo o fundamento do extermínio ao qual estão submetidas as pessoas negras. O sistema penal é estruturado a partir e para o controle da população negra e, por essa razão, o racismo “é que controla o potencial de intervenção física do sistema: daí toda a sua agressividade”. São inúmeros os mecanismos que tornam o genocídio do povo negro operante, mas o arcabouço jurídico aliado à violência na direção da criminalização dos corpos negros, é o maior expoente de mortes destes corpos até os dias de hoje.

Referência: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro Caído no Chão: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Brasília: Brado Negro, 2017.

Por Luiza Sousa de Carvalho
Doutoranda em Política Social pela UnB



O documentário acompanha casos de homicídio cometidos por policiais do Rio de Janeiro e classificados como “autos de resistência”. O título faz alusão ao termo legal utilizado para denominar os assassinatos perpetrados por agentes estatais que ocorrem sob a alegação de que foram reações ocorridas no exercício regular do direito ou estrito cumprimento do dever legal. Já de início fica claro que essa classificação acontece de forma arbitrária e totalmente questionável. O filme dá voz à dor das famílias de jovens mortos em operações e chacinas em comunidades cariocas e a luta por justiça por seus entes. O longa ressalta de forma contundente o racismo e a discriminação estatal contra a população e traz dados alarmantes sobre a incapacidade de responder de forma adequada ao verdadeiro genocídio ali praticado. Figuras emblemáticas que combatem a violência policial são mostradas em cenas diversas, como o deputado Marcelo Freixo na CPI dos Autos de Resistência na Assembleia Legislativa e a vereadora Marielle Franco (executada em 2018 em condições ainda não esclarecidas na totalidade) protestando junto às mães de vítimas nas ruas.

Referência: CARVALHO, Lula; NERI, Natasha Auto de Resistência (Police Killing) NTSC/COR/104min, 2018.

Por Sheila Neres
Psicóloga, Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental e estudante do 8º semestre de Serviço Social na UnB